



AZ@BXL

Número: 289 Data: 2023.10.20

No título: [Circuito Interpretativo da Pedreira do Campo](#)

Nota: A [série](#) atual percorre os trilhos pedestres dos Açores (61). A segunda edição explora o [Circuito Interpretativo da Pedreira do Campo](#), que consiste num passadiço de arquitetura singular ao longo do qual o visitante poderá usufruir de informação selecionada sobre o património geológico e paleontológico presente no local.

A Pedreira do Campo, localizada em Santa Maria, está classificada como Monumento Natural Regional, e trata-se duma antiga frente de exploração de inertes, com cerca de 260 metros, talhada em escoadas lávicas, basálticas e submarinas (lavas em almofada ou pillow lavas), únicas no contexto regional. Aqui, a presença de conteúdo fóssil marinho, abundante e diversificado numa altitude de 180 metros evidencia parte da história geológica da ilha e da regressão marinha, ocorrida há cerca de 5 milhões de anos.

Créditos: [Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas](#)

Destaques



[Conselho aprova o Programa de Recuperação e Resiliência revisto de Portugal](#)

[Programa de trabalho da Comissão Europeia para 2024](#)

- [Declaração dos membros do Conselho Europeu sobre a situação no Médio Oriente](#)
- [COP28: Conselho define posição a tomar pela UE na Cimeira das Nações Unidas sobre o clima no Dubai](#)
- [Conselho chega a acordo sobre reforma do mercado da eletricidade](#)
- [Política de Vistos: Comissão Europeia propõe um mecanismo de suspensão mais robusto](#)
- [Mahsa Amina e movimento de protesto das mulheres iranianas vencem Prémio Sakharov 2023](#)



23 de outubro



Conferência sobre a Avaliação da Política de Coesão da UE - desafios e oportunidades

A avaliação é uma dimensão fundamental da Política de Coesão, uma vez que apoia a conceção e a execução das políticas com provas sólidas sobre os resultados e os impactos das intervenções. À medida que surgem cada vez mais abordagens inovadoras para avaliar melhor estes resultados e impactos, as regras da UE que regem o planeamento e a execução da Política de Coesão também estão a evoluir. Neste contexto, o Tribunal de Contas Europeu irá promover uma [conferência](#) dedicada à temática. Todas as informações sobre o evento poderão ser encontradas [aqui](#).

23 e 24 outubro



Conselho (Agricultura e Pescas)

Os ministros [debaterão](#) a situação do mercado à luz da guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia, a fim de fazerem o balanço dos vários desenvolvimentos que afetam os produtos agroalimentares e o setor agroalimentar da UE. O **ministro da Política Agrária e da Alimentação da Ucrânia**, Mykola Solskyi, deverá participar no início do debate. Com base nas informações fornecidas pela Comissão e pela Presidência, os ministros trocarão publicamente pontos de vista sobre os aspetos relacionados com os alimentos da proposta de alteração específica da Diretiva-Quadro Resíduos.

Os ministros procurarão chegar a um acordo político sobre a fixação das possibilidades de pesca no mar Báltico para o próximo ano. Os ministros realizarão uma troca de pontos de vista destinada a fornecer orientações à Comissão sobre a posição a adotar pela UE na reunião anual da Comissão Internacional para a Conservação dos Tunídeos do Atlântico (CICTA), que se realizará de 13 a 20 de novembro de 2023.

Entre outros temas, durante uma sessão pública, a **Presidência** prestará ao Conselho informações atualizadas sobre os aspetos agrícolas e florestais da proposta relativa à **certificação das remoções de carbono**. Também em sessão pública, a **delegação polaca** prestará aos ministros informações sobre o impacto do **mercado do carbono da UE** no setor agrícola.

Poderá acompanhar [aqui](#) os pontos da agenda que decorrerão em sessão pública.

24 de outubro



Conselho dos Assuntos Gerais

O Conselho [continuará](#) a preparar a reunião do Conselho Europeu de 26 e 27 de outubro de 2023, debatendo o projeto de conclusões. No âmbito do diálogo anual sobre o Estado de direito, os ministros realizarão um debate específico por país, dedicado à Dinamarca, à Alemanha, à Estónia, à Irlanda e à Grécia. A Comissão apresentará o seu conjunto de instrumentos demográficos, publicado em 11 de outubro de 2023, ao que se seguirá uma troca de pontos de vista. Os ministros farão ainda o balanço dos progressos realizados relativamente ao pedido apresentado pela Espanha no sentido de incluir o catalão, o basco e o galego no Regulamento n.º 1/1958 que estabelece o regime linguístico da UE.

24 e 25 de outubro



Evento de Investigação em Segurança 2023

O *Security Research Event* (SRE), que [terá lugar](#) durante a Presidência Espanhola do Conselho da UE, é preparado e organizado com o apoio da Suécia e de Espanha. O evento terá lugar em Bruxelas, a 24 e 25 de outubro de 2023, no Centro de Convenções “Square Brussels”.

Até 25 de outubro



Abertura do concurso “Ações Marie Skłodowska-Curie (MSCA) e Citizens”: 15,4 milhões de euros para aproximar a investigação da educação e da sociedade

As ações “MSCA e Citizens” aproximam a investigação e os investigadores do público em geral. O [prazo de candidatura](#) à organização da Noite Europeia dos Investigadores e dos Investigadores nas Escolas termina a 25 de outubro de 2023. Esta nova ronda de financiamento destinará 15,4 milhões de euros para financiar cerca de 50 projetos, tendo como objetivo organizar duas edições sucessivas da [Noite Europeia dos Investigadores](#) (em 2024 e 2025) e a implementação de atividades de [Investigadores nas Escolas](#) durante dois anos consecutivos.



Cimeira Social Tripartida

Todas as informações sobre a cimeira poderão ser consultadas [aqui](#).

26 e 27 outubro



Conselho Europeu

Os Chefes de Estado e de Governo da União Europeia irão reunir-se em Bruxelas para mais uma reunião ordinária. A agenda o evento, assim como as restantes informações poderão ser consultadas [aqui](#).

27 de outubro



Balanço Climático Europeu - A UE e o progresso global rumo aos objetivos do Acordo de Paris

Em 2015, 196 países adotaram o Acordo de Paris: o primeiro tratado juridicamente vinculativo do mundo sobre mudanças climáticas com o objetivo de limitar o aquecimento global a 1,5 °C ou no máximo 2 °C acima dos níveis pré-industriais. Oito anos depois, tanta coisa aconteceu - tanto em termos de mudança climática quanto de ação climática. Quão bem estamos progredindo? É hora de fazer um balanço. O [evento](#) tem como objetivo contribuir para a discussão na preparação para o Balanço Climático, a primeira revisão da UNFCCC sobre os progressos globais realizados na implementação do Acordo de Paris, que será concluído na COP28 em novembro.

Até 31 de outubro



Parlamento Europeu – Inscrição para os estágios Schuman

O objetivo dos estágios Schuman é contribuir para a educação e formação profissional europeia dos cidadãos da UE e fornecer uma visão sobre o trabalho do Parlamento Europeu.

O período de candidaturas para os estágios que decorrerão entre março e julho de 2024 está aberto até ao final do próximo dia 31 de outubro (23h59 de Bruxelas), podendo encontrar [aqui](#) toda a informação sobre os estágios disponibilizados e para a apresentação das candidaturas.

10 de novembro



Novo Bauhaus Europeu: candidaturas abertas para a edição de 2024 dos Prémios NEB

A Comissão Europeia [abriu](#) candidaturas aos prémios Novo Bauhaus Europeu (NEB) de 2024. Após mais de 4,500 candidaturas recebidas no total para as edições anteriores, os Prémios NEB 2024 atribuirão este ano **20 projetos e conceitos inovadores exemplares** que representam sustentabilidade, estética e inclusividade.

Pela primeira vez este ano, as **candidaturas de projetos e conceitos na Ucrânia**, para além dos Estados-Membros da UE e dos Balcãs Ocidentais. Os prémios «**Reconhecimento especial do esforço de reconstrução e recuperação da Ucrânia**» reconhecerão projetos e conceitos que contribuem para a recuperação e a reconstrução da Ucrânia, em consonância com os valores do Novo Bauhaus Europeu. Outro aspeto novo deste ano é o enfoque em projetos e conceitos das **regiões da UE** que enfrentam problemas socioeconómicos ou desafios na dupla transição digital e ecológica.

As candidaturas estão abertas até **10 de novembro de 2023, às 19h00 CET**. Os candidatos de todas as nacionalidades e origens são elegíveis se os seus conceitos e projetos forem executados na UE, nos Balcãs Ocidentais ou na Ucrânia. As candidaturas devem ser apresentadas através da [plataforma oficial de prémios Novo Bauhaus Europeu](#).

13 de novembro



Conferência "Uma Só Saúde" - Uma Saúde para Todos, Todos por Uma Saúde

As recentes epidemias e pandemias, em particular a COVID-19, tornaram inequivocamente claro que a saúde humana, animal, vegetal e ambiental não podem ser tratadas separadamente, mas devem ser abordadas no âmbito de uma abordagem "Uma Só Saúde". As suas interdependências têm de ser mais bem reconhecidas e exigem uma abordagem multissetorial, transdisciplinar e integrada. A integração de "Uma Só Saúde" significa que podemos prevenir, prever, preparar, detetar e responder melhor às ameaças globais para a saúde, tanto a nível mundial como da UE. [A Conferência "Uma Saúde para Todos, Todos por Uma Saúde"](#) é uma iniciativa da Direção-Geral da Saúde e da Segurança dos Alimentos da Comissão Europeia.



Estão abertas as candidaturas para Embaixadores do Pacto Europeu pelo Clima

Estão [abertas](#) as **candidaturas** para todas e todos que quiserem fazer parte da comunidade de **Embaixadores do Pacto Europeu pelo Clima**. Pequenas mudanças e grandes ideias são essenciais na construção de um mundo mais verde, saudável e justo. Os Embaixadores do Pacto Europeu pelo Clima dinamizam, inspiram e apoiam a ação climática nas suas comunidades e redes, fazendo a diferença no seu dia-a-dia através de ações de sensibilização. Qualquer pessoa se pode candidatar, até 15 de outubro. *Mais informações e candidaturas na [página dedicada](#).*

16 de novembro



Workshop "Programa Horizonte Europa: Oportunidades para as regiões ultraperiféricas"

O workshop "Programa Horizonte Europa: Oportunidades para as regiões ultraperiféricas" irá decorrer em linha no dia **16 novembro de 2023, das 14:00 às 17:00 CET**. O Horizonte Europa é o principal programa de financiamento da UE para a investigação e inovação. O programa facilita a colaboração e reforça o impacto da investigação e da inovação no desenvolvimento, apoio e na implementação das políticas da UE, ao mesmo tempo que enfrenta os desafios globais. Promove a criação e uma maior divulgação mais alargada de conhecimentos e tecnologias de excelência.

As regiões ultraperiféricas da UE podem beneficiar de muitas novas oportunidades de apoio ao abrigo das políticas da UE para as ajudar a conceber, aplicar e financiar as suas estratégias de desenvolvimento regional específicas. Este seminário centrar-se-á nos seguintes aspetos: apresentar o programa Horizonte Europa e as suas oportunidades para as regiões ultraperiféricas; apresentar recomendações sobre os procedimentos de candidatura; partilhar experiências de projetos anteriores; e, dedicar tempo para perguntas e respostas; Se tiver alguma questão, pode transmiti-la através do endereço OMRevents@ecorys.com

20 de novembro



Impacto ambiental da gestão de resíduos — revisão do quadro da UE em matéria de resíduos

A Diretiva-Quadro Resíduos protege a saúde pública e o ambiente através de uma gestão adequada dos resíduos. Para o efeito, é aplicada a hierarquia de resíduos da UE, que promove a prevenção e a reutilização dos resíduos, em detrimento da sua valorização e eliminação. Esta iniciativa visa melhorar a gestão dos resíduos: reduzindo a produção de resíduos, nomeadamente

através da reutilização de produtos ou componentes; reduzindo os resíduos indiferenciados e aumentando a preparação para a reutilização ou reciclagem de resíduos, melhorando a recolha seletiva. Comentários [aqui](#).

4 e 5 de dezembro



FOOD 2030: Sistemas alimentares ecológicos e resiliente

Transformar os sistemas alimentares em prol da sustentabilidade e da resiliência é pertinente e urgente para alcançar os objetivos do Pacto Ecológico Europeu. Os sistemas alimentares são altamente complexos, caracterizados pela incerteza, por múltiplos fatores, impactos e setores interligados, exigindo compromissos. Atuar simultaneamente em muitas frentes é a única chave para o sucesso. O papel da política de investigação e inovação foi finalmente reconhecido como fundamental para desvendar as complexidades e catalisar soluções.

Entre 4 e 5 de dezembro de 2023, a Comissão Europeia organizará uma conferência em Bruxelas intitulada "[Food 2030: sistemas alimentares ecológicos e resilientes](#)" para partilhar as realizações dos projetos da UE relacionados com os sistemas alimentares, explorar futuras orientações de investigação e inovação e alavancas de mudança. A Comissão Europeia pretende reunir um vasto leque de intervenientes e decisores políticos para este evento presencial, que também será transmitido e gravado na Internet para aqueles que não puderem estar presentes.

5 a 8 de dezembro



Jornadas Agroalimentares da UE

A edição inaugural das [Jornadas Agroalimentares da UE](#) terá lugar em Bruxelas, de 5 a 8 de dezembro de 2023, para debates sobre as perspetivas da agricultura europeia, as tendências do mercado, a segurança alimentar, a sustentabilidade e a inovação digital. Este evento internacional reúne agricultores, decisores políticos, líderes empresariais, analistas e especialistas de todo o mundo para promover o diálogo e inspirar ideias transformadoras. [Registe-se aqui](#).

13 de dezembro



Comissão Europeia lança concurso de vídeos para alunos do ensino secundário «ImagineEU»

A Comissão Europeia [lançou](#) o convite à apresentação de candidaturas para a iniciativa «ImagineEU», um concurso aberto aos estudantes dos dois últimos anos do ensino secundário. Os estudantes de toda a UE são convidados a criar e partilhar vídeos curtos que apresentem as suas ideias para mudanças a nível europeu que possam melhorar a qualidade de vida nas suas comunidades.

O concurso «ImagineEU» assenta no conceito da Iniciativa de Cidadania Europeia e visa incentivar os jovens cidadãos a desempenharem um papel ativo para influenciarem as políticas da UE. Complementa o conjunto de ferramentas didáticas [«A Democracia em Ação na UE — Dê a sua opinião com a Iniciativa de Cidadania Europeia»](#), concebido para dotar os alunos do ensino secundário dos conhecimentos e competências necessários para se tornarem cidadãos da UE empenhados.

31 de dezembro



Novo Bauhaus Europeu: estão abertas as candidaturas à apresentação de eventos satélite no âmbito do Festival do Novo Bauhaus Europeu

A Comissão Europeia [abriu as candidaturas](#) à apresentação de eventos satélite no âmbito do Festival do Novo Bauhaus Europeu. O festival, que se realizará em abril de 2024, reunirá pessoas de diversas origens em *workshops*, atividades e eventos satélite para debater e moldar o futuro. O convite à apresentação de eventos satélite está aberto até 31 de dezembro de 2023.

16 de janeiro



«A Cultura Move a Europa»: abertas candidaturas para residências artísticas em organizações culturais

O maior programa de mobilidade cultural da UE, [«A Cultura Move a Europa»](#), [abriu](#) o seu segundo convite à apresentação de propostas para entidades de acolhimento de residências artísticas. O convite destina-se, nomeadamente, a organizações sem fins lucrativos, ONG, organismos públicos, fundações, empresas ou artistas independentes sediados num dos 40 países do [programa Europa Criativa](#) e ativos nas artes do espetáculo, artes visuais, música, património cultural, arquitetura, *design* e *design* de moda, bem como na literatura.

Este convite ficará aberto até 16 de janeiro de 2024. O primeiro convite à apresentação de propostas para acolhimento de residências artísticas, que terminou em junho de 2023, pré-selecionou 89 projetos que envolveram 232 artistas de 33 países diferentes do programa Europa Criativa, em especial de Itália, **Portugal** e Polónia. As residências artísticas vão abranger todos os setores culturais e várias incidirão nos objetivos do [Novo Bauhaus Europeu](#). Mais informações [aqui](#) e [aqui](#).

8 de fevereiro



Novo convite no valor de 96,6 milhões de euros para programas de formação doutoral e de bolsas de pós-doutoramento graças às Ações Marie Skłodowska-Curie

A Comissão Europeia [abriu](#) um novo convite à apresentação de propostas no âmbito do cofinanciamento das [Ações Marie Skłodowska-Curie \(MSCA\)](#) para programas regionais, nacionais e internacionais (COFUND). Com um orçamento de 96,6 milhões de euros, este convite irá [cofinanciar](#) programas de formação de doutoramento e programas de bolsas de pós-doutoramento. Através das MSCA COFUND, qualquer tipo de organização, incluindo universidades, centros de investigação, empresas ou autoridades regionais ou nacionais, pode receber financiamento para desenvolver e apoiar os seus próprios programas de formação, que podem ter uma componente regional, nacional ou internacional, para atrair talentos internacionais e aumentar as suas capacidades de investigação e inovação. Mais informações sobre o convite à apresentação de [candidaturas COFUND 2023](#) e sobre como candidatar-se estão [disponíveis em linha](#).

31 de maio



Culture Moves Europe: novas oportunidades de mobilidade cultural para artistas

O maior programa de mobilidade cultural da UE, denominado "Culture Moves Europe", [abriu](#) um novo convite à mobilidade individual. Destina-se a artistas e profissionais da cultura com, pelo menos, 18 anos de idade, legalmente residentes num dos 40 países do programa Europa Criativa e ativos nos seguintes setores: artes performativas, artes visuais, música, património cultural, arquitetura, design e design de moda e literatura. As [candidaturas estão abertas até 31 de maio de 2024](#).

O regime oferece bolsas de mobilidade que contribuem para as despesas de deslocação e de subsistência, que podem ser complementadas com apoio financeiro adicional para promover uma participação mais diversificada de pessoas que enfrentam obstáculos à mobilidade internacional. É oferecido um maior apoio financeiro às pessoas que viajam ecologicamente, que são pais de crianças pequenas ou que necessitam de um visto. Os artistas portadores de deficiência são particularmente encorajados a candidatar-se, uma vez que a iniciativa "Culture Moves Europe" lhes oferece um apoio especial para cobrir os custos adicionais que possam advir da deficiência, permitindo-lhes participar em projetos transfronteiriços.



Agricultura e Alimentação

Parlamento Europeu apela a menos obstáculos na entrada dos jovens na agricultura

A resolução sobre a renovação geracional na agricultura da UE, [aprovada](#) na quinta-feira por 447 votos a favor, 14 contra e 7 abstenções, adverte que o declínio demográfico é mais pronunciado nas populações rurais e nos agricultores do que noutros setores da sociedade. Os eurodeputados apelam, por isso, a políticas públicas que criem rendimentos justos e dignos, e uma qualidade de vida para os agricultores e as suas famílias, a fim de incentivar a renovação das gerações nas explorações agrícolas da UE.

Jovens agricultores são duas a três vezes mais propensos a ter pedidos de empréstimo rejeitados para iniciar ou expandir seus negócios agrícolas, aponta o texto adotado. Os eurodeputados propõem-se, por conseguinte, reduzir as taxas de juro e apoiar a primeira prestação de crédito, bem como prestar aconselhamento aos jovens agricultores.

Preço elevado e baixa disponibilidade de terra são outros obstáculos identificados pela resolução. Assim, o Parlamento insta a Comissão a avaliar a possibilidade de ação a nível da UE, nomeadamente através de instrumentos legislativos, para melhorar o funcionamento dos mercados nacionais de terras agrícolas, melhorar o acesso dos jovens agricultores à terra e contribuir para a resolução dos problemas de concentração de terras. Deverá ser criado um observatório da UE sobre terras agrícolas para monitorizar as tendências e os preços de venda e arrendamento de terras, a fim de garantir uma maior transparência das transações de terras na UE.

Comissão Europeia aprova duas novas indicações geográficas para vinhos portugueses

A Comissão Europeia [aprovou](#) a inclusão dos **vinhos portugueses «Terras de Cister» e «Terras do Dão»** no registo das Indicações Geográficas Protegidas (IGP). A **indicação geográfica protegida «Terras de Cister»** está ligada não só às características geográficas da região, mas também à instalação dos monges cistercienses na região no século XII. Os monges construíram mosteiros e igrejas e plantaram as primeiras vinhas na região que hoje se designa por «Terras de Cister». **As castas contribuem igualmente para a especificidade dos produtos vínicos com direito a esta indicação geográfica** em conjugação com outros fatores naturais e humanos. São vinhos frescos, em que as notas ácidas se encontram equilibradas com o álcool e a perceção doce. De aromas e estrutura delicados, caracterizam-se por uma elevada acidez natural, mineralidade e baixo teor alcoólico, evidenciando ainda uma boa expressão aromática das castas. Os vinhos brancos e rosados denotam frescura e acidez relevante e equilibrada. Os vinhos tintos são leves, suaves e com boa frescura.

A **indicação geográfica protegida «Terras do Dão» abrange o vinho e o vinho espumante**. A proteção conferida pelas características orográficas é elemento caracterizador da área geográfica e influencia o clima. Este, por sua vez, tem implicação no desempenho vitícola e na maturação de uvas, com influência direta na qualidade dos vinhos. Esta influência revela-se muito na suavidade e expressão aromática dos vinhos. Os vinhos são aromáticos, minerais e frescos, com acidez equilibrada devido às condições de maturação das uvas: com verões quentes com grandes amplitudes térmicas diárias. Os verões quentes e soalheiros garantem a plena maturação das uvas. Por outro lado, as amplitudes térmicas diárias significativas traduzem-se num correto desenvolvimento dos açúcares, aliado a uma ótima manutenção do nível de acidez. As maturações, relativamente longas e suaves, permitem obter vinhos com boa expressividade dos aromas das castas que constituem o encepamento.

O título de Indicação Geográfica Protegida realça a relação entre a região geográfica delimitada e o nome do produto, que se junta à lista de [mais de 200 produtos portugueses](#) que a União Europeia protege como [indicações geográficas \(as Indicações Geográficas Protegidas – IGP e as Denominações de Origem Protegida – DOP\)](#). A lista de todas as indicações geográficas protegidas está disponível na base de dados [eAmbrosia](#). Estão disponíveis mais informações sobre [regimes de qualidade](#) e no [portal GIView](#).

Estratégia Europeia para as Proteínas: UE deve aumentar a produção de proteínas e diversificar as cadeias de abastecimento

O Parlamento [propõe](#) uma estratégia europeia para aumentar a produção de proteínas vegetais na UE e reduzir a dependência de fornecedores estrangeiros. Na resolução sobre a Estratégia Europeia para as Proteínas, aprovada quinta-feira por 305 votos a favor, 129 contra e 69 abstenções, os eurodeputados sublinham que apenas 29 % das matérias-primas ricas em proteínas necessárias para equilibrar a alimentação dos animais na UE provem dos Estados-Membros, que torna a UE fortemente dependente das importações de plantas ricas em proteínas provenientes de países terceiros. Os eurodeputados apelam a uma maior diversidade das cadeias de abastecimento de géneros alimentícios e alimentos para animais e ao aumento da produção da UE.

Eurobarómetro sobre o bem-estar animal

Uma grande maioria dos europeus (84 %) [considera](#) que, no seu país, a proteção do bem-estar dos **animais de criação** deve ser melhorada em relação à situação atual. Um número semelhante (83 %) apoia que se limite o **tempo de transporte** de animais. Quase três quartos dos inquiridos (74 %) apoiam uma melhor proteção do bem-estar dos **animais de companhia** no seu país.

Mais de 90 % dos europeus consideram que as práticas de criação e reprodução devem satisfazer **requisitos éticos básicos**. Estes requisitos incluem dar aos animais espaço suficiente e alimentos e água em bastante quantidade, proporcionar-lhes ambientes adaptados às suas necessidades (lana, palha, etc.) e garantir que são manuseados de forma adequada. O inquérito revelou igualmente um elevado nível de preocupação quanto ao **bem-estar dos animais nos matadouros**.

Três quartos dos inquiridos consideraram inaceitável a prática de matar pintos machos após o nascimento, enquanto uma esmagadora maioria defendeu a proibição do corte de determinadas partes do corpo dos animais (caudas, orelhas, bicos, etc.), a menos que seja estritamente necessário e seja feito com anestesia. Mais de metade dos inquiridos (57 %) considera que a **produção de peles com pelo** deve ser estritamente proibida na UE, enquanto perto de um terço (32 %) entende que só deve ser mantida se as condições de bem-estar forem melhoradas.

Quanto às importações de alimentos de países terceiros, mais de oito em cada dez europeus (84 %) são de opinião que a atual situação em matéria de bem-estar dos animais deve mudar, quer **aplicando as regras da UE em matéria de bem-estar animal às importações de alimentos** quer **rotulando** os alimentos de acordo com as normas aplicadas.

Apesar de as entrevistas terem sido realizadas em março de 2023, quando os preços dos produtos alimentares eram já muito elevados devido à inflação, 60 % dos inquiridos indicaram estar **dispostos a pagar mais** por produtos provenientes de sistemas agrícolas respeitadores do bem-estar dos animais. Cerca de um quarto (26 %) estaria disposto a pagar até 5 % mais por alimentos respeitadores do bem-estar dos animais.



Ambiente

Comissão propõe medidas para reduzir a poluição por microplásticos causada por péletes de plástico

A Comissão Europeia [propõe](#), pela primeira vez, **medidas para prevenir a poluição por microplásticos resultante da libertação não intencional de péletes de plástico**. Atualmente, são libertadas anualmente no ambiente entre 52 e 184 mil toneladas de péletes devido à má utilização de toda a cadeia de abastecimento. A proposta visa assegurar que **todos os operadores que manuseiam péletes na UE tomem as medidas de precaução necessárias**. Espera-se que tal reduza a libertação de péletes até 74 %, conduzindo a ecossistemas mais limpos, contribuindo para os rios e oceanos sem plásticos e reduzindo os potenciais riscos para a saúde humana. A adoção de medidas comuns a nível da UE contribuirá igualmente para criar condições de concorrência equitativas para os operadores.

Os péletes de plástico são uma das maiores fontes de poluição não intencional por microplásticos. A Comissão propõe hoje que os operadores atuem pela seguinte ordem de prioridade: prevenção para evitar derrames de péletes; contenção de péletes derramados para garantir que não poluem o ambiente; e, como opção final, limpeza após um derrame ou uma perda.

Financiamento da ação climática: Conselho aprova conclusões na perspetiva da COP28

O Conselho [aprovou](#) as conclusões sobre o financiamento da ação climática, na perspetiva da reunião da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas (CQNUAC), que terá lugar no Dubai, nos EAU, de 30 de novembro a 12 de dezembro de 2023 (COP28).

Nas conclusões, o Conselho sublinha o seu firme compromisso de obter resultados em matéria de financiamento da ação climática. A UE e os seus Estados-Membros são quem mais contribui a nível mundial para o financiamento público internacional da ação climática e, desde 2013, mais do que duplicaram a sua contribuição para o financiamento da ação climática, a fim de apoiar os países em desenvolvimento.

Tal como em anos anteriores, as conclusões ainda não incluem o valor da contribuição da UE em 2022, que será disponibilizado pela Comissão em meados de novembro e confirmado separadamente pelo Conselho, em tempo útil antes do início da COP28. O Conselho sublinha igualmente que a UE e os seus Estados-Membros estão empenhados no objetivo dos países desenvolvidos de mobilizarem coletivamente, para o financiamento da ação climática, 100 mil milhões de dólares por ano até 2025. Espera-se que este objetivo seja atingido pela primeira vez em 2023.

COP28: Conselho define posição a tomar pela UE na Cimeira das Nações Unidas sobre o clima no Dubai

O Conselho [aprovou](#) conclusões que servirão de posição geral de negociação da UE na 28.ª Conferência das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas (COP28), a realizar no Dubai, nos Emirados Árabes Unidos, de 30 de novembro a 12 de dezembro de 2023.

Nas suas conclusões, o Conselho destaca as oportunidades que uma ação climática ambiciosa representa para o planeta, para a economia mundial e para as pessoas, bem como a importância de assegurar uma transição justa para economias e sociedades sustentáveis, resilientes às alterações climáticas e com impacto neutro no clima que não deixe ninguém para trás.

Os Estados-Membros destacam a importância de se aumentar substancialmente a ambição climática a nível mundial, a fim de manter alcançável o objetivo de 1,5 °C, em consonância com o Acordo de Paris. Salientam que, atualmente, os contributos determinados a nível nacional (CDN) e as suas atualizações, no seu conjunto, não são suficientes para alcançar o objetivo, e sublinham que todas as Partes deverão ter revisto e reforçado os seus CDN ou atualizado as suas estratégias de longo prazo de desenvolvimento com baixas emissões de GEE antes da COP28. Em especial, as grandes economias deverão ter reforçado o nível de ambição dos seus CDN e atualizado as suas estratégias de longo prazo de modo a incluir uma meta para alcançar emissões líquidas nulas de gases com efeito de estufa o mais tardar até 2050.

Neste contexto, o Conselho congratula-se com a apresentação à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas (CQNUAC) de uma atualização do CDN da UE que reflete os elementos essenciais do pacote Objetivo 55, acordados na sua totalidade e que permitirão à UE reduzir as suas emissões líquidas de GEE em, pelo menos, 55 % até 2030, em comparação com os níveis de 1990, e alcançar a neutralidade climática, o mais tardar, até 2050.

Acordo de Paris: Conselho apresenta CDN atualizado em nome da UE e dos Estados-Membros

O Conselho [aprovou](#) a comunicação de um contributo determinado a nível nacional (CDN) atualizado da UE e dos seus Estados-Membros à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas (CQNUAC). O referido documento substitui a comunicação anterior, datada de 17 de dezembro de 2020, e será considerado o CDN em vigor da UE e dos seus Estados-Membros.

A comunicação do CDN atualizado da UE foi preparada à luz da adoção de todos os elementos essenciais do pacote legislativo Objetivo 55, o que resultará numa redução das emissões líquidas de gases com efeito de estufa (GEE) da UE de, pelo menos, 55 % até 2030 (em

comparação com os níveis de 1990). Com o CDN atualizado, a UE e os seus Estados-Membros reiteraram o seu empenho nesta meta juridicamente vinculativa.

No CDN atualizado, a UE recorda as etapas que levaram à sua concretização, desde a ratificação do Acordo de Paris em outubro de 2016, altura em que o CDN de então incluía uma meta de redução das emissões de gases com efeito de estufa de, pelo menos, 40 % até 2030 (em comparação com os níveis de 1990). Na sequência das orientações do Conselho Europeu de 11 de dezembro de 2020, a UE apresentou um CDN atualizado com uma meta de redução reforçada de, pelo menos, 55 %. Esta meta foi então tornada juridicamente vinculativa através da Lei Europeia em matéria de Clima, adotada em 30 de junho de 2021.

Conselho aprova novas regras para reforçar as normas de emissões de CO₂ dos veículos pesados

O Conselho [chegou](#) a um acordo ("orientação geral") sobre uma proposta de atualização e reforço do regulamento relativo às normas de emissões de CO₂ dos veículos pesados. A proposta visa reduzir ainda mais as emissões de CO₂ no setor dos transportes rodoviários e introduzir novas metas para 2030, 2035 e 2040. As novas regras contribuirão para a consecução das ambições da UE no domínio da luta contra as alterações climáticas.

A proposta visa igualmente incentivar a incorporação de uma percentagem crescente de veículos com nível nulo de emissões na frota de veículos pesados da UE, garantindo simultaneamente que a inovação e a competitividade do setor são asseguradas e reforçadas. A orientação geral servirá de mandato para as negociações com o Parlamento Europeu sobre os contornos definitivos da legislação.

Conselho adota posição sobre novas regras para um tratamento mais eficiente das águas residuais urbanas

O Conselho [chegou](#) a um acordo ("orientação geral") sobre uma proposta de revisão da diretiva relativa ao tratamento de águas residuais urbanas. A diretiva revista é um dos principais resultados tangíveis do Plano de Ação da UE para a Poluição Zero. Embora ao longo das três últimas décadas a atual diretiva se tenha revelado altamente eficaz na redução da poluição da água e na melhoria do tratamento das descargas de águas residuais, esta revisão visa atualizá-la, alargando o seu âmbito de aplicação e alinhando-a com os objetivos do Pacto Ecológico Europeu. A orientação geral servirá de mandato para as negociações com o Parlamento Europeu sobre os contornos definitivos da legislação.

A diretiva relativa ao tratamento de águas residuais urbanas foi adotada em 1991. É objetivo da diretiva proteger o ambiente dos efeitos nefastos das descargas de águas residuais provenientes de fontes urbanas e de indústrias específicas. Ao abrigo da atual diretiva, os Estados-Membros devem garantir que as águas residuais de todas as aglomerações com mais de 2 000 habitantes sejam recolhidas e tratadas em conformidade com as normas mínimas da UE. Os Estados-Membros devem também designar "zonas sensíveis" de acordo com os critérios incluídos na diretiva, nas quais se aplicam normas e prazos mais estritos.

A Comissão realizou uma avaliação da diretiva em 2019, que confirmou que a aplicação da diretiva conduziu a uma redução significativa das emissões de poluentes. Uma das principais razões para a eficácia da diretiva reside na simplicidade dos seus requisitos, o que permite avaliar de forma direta o seu cumprimento. Atualmente, 98 % das águas residuais da UE são recolhidas de forma adequada e 92 % são tratadas de forma adequada.



Coesão e Solidariedade Interna

Fundo de recuperação: Conselho dá luz verde aos planos nacionais atualizados para a Chéquia, a Espanha, os Países Baixos, Portugal e a Eslovénia

O Conselho [adotou](#) decisões de execução que aprovam os planos de recuperação e resiliência alterados da **Chéquia, da Espanha, dos Países Baixos, de Portugal e da Eslovénia**. Os planos de recuperação e resiliência alterados incluem agora um novo capítulo REPowerEU, o que contribuirá para acelerar a transição desses países para energias limpas, diversificar o seu aprovisionamento energético e melhorar a sua eficiência energética.

Para financiarem o acréscimo de ambição dos seus planos, os países solicitaram que a sua quota-parte na Reserva de Ajustamento ao Brexit fosse transferida para os planos, em conformidade com o Regulamento REPowerEU. Segundo a análise da Comissão, as alterações apresentadas por estes Estados-Membros não afetam a relevância, eficácia, eficiência e coerência dos seus planos de recuperação e resiliência.

A 26 de maio de 2023, Portugal apresentou um plano de recuperação e resiliência nacional alterado, que inclui um capítulo REPowerEU. O plano ascende agora a 22,2 mil milhões de euros em subvenções e empréstimos e abrange 44 reformas e 117 investimentos. O plano alterado coloca uma maior ênfase na transição ecológica, consagrando 41,2 % (face aos 37,9 % do plano original) dos fundos disponíveis a medidas de apoio aos objetivos climáticos. O plano de Portugal continua a ser ambicioso no que respeita à esfera digital, consagrando 21,1 % da sua dotação total ao apoio à transição digital. A dimensão social do plano alterado continua a ser muito ambiciosa.

O Mecanismo de Recuperação e Resiliência (MRR) é o programa da UE de apoio financeiro em grande escala destinado a dar resposta aos desafios que a pandemia colocou à economia europeia. É o elemento central do *NextGenerationEU*, um instrumento temporário de recuperação que permite à Comissão mobilizar fundos para ajudar a reparar os danos económicos e sociais imediatos causados pela pandemia de COVID-19. Para beneficiar dos 724 mil milhões de euros (a preços correntes) do mecanismo, os Estados-Membros apresentam à Comissão planos de recuperação e resiliência (PRR), nos quais estabelecem as reformas e os investimentos que

tencionam executar até ao final de 2026. Até à data, todos os PRR foram aprovados, tendo sido recebidos 39 pedidos de pagamento de 22 Estados-Membros e desembolsados 174,7 mil milhões de euros.



«A Cultura Move a Europa»: abertas candidaturas para residências artísticas em organizações culturais

O maior programa de mobilidade cultural da UE, «A Cultura Move a Europa», abriu o seu segundo convite à apresentação de propostas para entidades de acolhimento de residências artísticas. O convite destina-se, nomeadamente, a organizações sem fins lucrativos, ONG, organismos públicos, fundações, empresas ou artistas independentes sediados num dos 40 países do [programa Europa Criativa](#) e ativos nas artes do espetáculo, artes visuais, música, património cultural, arquitetura, *design* e *design* de moda, bem como na literatura.

Este convite ficará aberto até 16 de janeiro de 2024. O primeiro convite à apresentação de propostas para acolhimento de residências artísticas, que terminou em junho de 2023, pré-selecionou 89 projetos que envolveram 232 artistas de 33 países diferentes do programa Europa Criativa, em especial de Itália, **Portugal** e Polónia. As residências artísticas vão abranger todos os setores culturais e várias incidirão nos objetivos do [Novo Bauhaus Europeu](#). Mais informações [aqui](#) e [aqui](#).

Investigação do naufrágio de migrantes em Pylos vence prémio de jornalismo do PE

Um consórcio grego, alemão e britânico [venceu](#) o Prémio Daphne Caruana Galizia de 2023 pela investigação do naufrágio do "Adriana", que vitimou 600 migrantes ao largo de Pylos, na Grécia. A investigação conjunta realizada pelo centro de investigação grego Solomon, em colaboração com a Forensis, com o organismo público de radiodifusão alemão StrgF/ARD e o jornal britânico *The Guardian*, revelou as circunstâncias em que ocorreu o mais mortífero naufrágio de migrantes da história recente, resultado das medidas tomadas pela guarda costeira grega. Este trabalho expõe também incoerências nas contas oficiais das autoridades gregas.

A investigação analisou em profundidade as circunstâncias do naufrágio do arrastão de pesca Adriana, no dia 14 de junho deste ano, a cerca de 50 milhas marítimas de Pylos, no sudoeste da Grécia, matando mais de 600 migrantes que tinham saído da Líbia alguns dias antes.

Realizaram-se mais de 20 entrevistas com sobreviventes, tendo sido analisados documentos judiciais e fontes da guarda costeira. As conclusões detalham as oportunidades de salvamento perdidas e as ofertas de assistência ignoradas. Por outro lado, segundo os testemunhos dos sobreviventes, foram as tentativas da guarda costeira grega de rebocar o arrastão que acabaram por provocar o seu naufrágio. A guarda costeira grega negou que tivesse tentado rebocar o arrastão.

A Forensis simulou a noite fatídica através de modelos interativos 3D do arrastão, graças aos dados do diário de bordo da guarda costeira, ao testemunho do capitão do navio da guarda costeira, bem como a trajetórias de voo, a dados do tráfego marítimo, a imagens de satélite e a vídeos captados por navios próximos e outras fontes. O Prémio Daphne Caruana foi lançado em dezembro de 2019 por decisão da Mesa do Parlamento Europeu, em homenagem à jornalista de investigação anticorrupção e bloguista maltesa que foi assassinada num atentado com um carro armadilhado em 2017. O Prémio e a recompensa monetária de 20 mil euros demonstram o forte apoio do Parlamento Europeu ao jornalismo de investigação e a uma imprensa livre.

Mahsa Amina e movimento de protesto das mulheres iranianas vencem Prémio Sakharov 2023

Os eurodeputados [atribuíram](#) o Prémio Sakharov 2023 para a Liberdade de Pensamento a Mahsa Amini e ao Movimento Mulher, Vida, Liberdade no Irão. A presidente do Parlamento Europeu, Roberta Metsola, anunciou o laureado de 2023 no hemiciclo da sessão plenária de Estrasburgo na quinta-feira, na sequência de uma decisão da [Conferência dos Presidentes do Parlamento](#) (presidente Metsola e líderes dos grupos políticos).

A presidente Roberta Metsola declarou: «No dia 16 de setembro assinalámos um ano sobre a morte de Jina Mahsa Amini no Irão. O Parlamento Europeu está do lado dos corajosos, daqueles que desafiam e que continuam a lutar pela igualdade, dignidade e liberdade no Irão. Estamos com aqueles que, mesmo a partir da prisão, continuam a manter vivo o Mulheres, Vida, Liberdade. Ao escolhê-los como laureados do Prémio Sakharov 2023 para a Liberdade de Pensamento, esta casa evoca a sua luta e continua a honrar todos os que pagaram o preço mais alto pela liberdade.»

Mahsa Amini era uma jovem curda iraniana, de 22 anos. No dia 13 de setembro de 2022, foi presa pela polícia em Teerão, por alegadamente infringir as rigorosas leis do uso de véu no Irão. Morreu num hospital da capital iraniana três dias depois, após abusos físicos enquanto estava sob custódia. A sua morte provocou uma onda de protestos liderados por mulheres no Irão. Sob o mote «Mulher, Vida, Liberdade», milhares de pessoas têm protestado contra a lei sobre o uso do *hijab* e contra outras leis discriminatórias. Na sequência da brutal repressão destes protestos pelo regime iraniano, o Parlamento Europeu condenou repetidamente a terrível situação dos direitos humanos no país.



Comissão propõe novo Roteiro que inclui medidas prioritárias para lutar contra o crime organizado e o tráfico de droga

A Comissão Europeia [adotou](#) um [Roteiro da UE](#) que visa intensificar a luta contra o tráfico de droga e as redes criminosas e que terá por base as iniciativas legislativas e operacionais apresentadas até agora. O comércio de droga constitui, neste momento, **uma das principais ameaças de segurança para a Europa**. As apreensões de cocaína estão a atingir níveis recorde (foram apreendidas 303 toneladas só em 2021) As atividades das redes criminosas evoluíram em termos de escala, sofisticação e consequências violentas.

A luta contra o crime organizado e o tráfico de droga constitui uma prioridade para a União Europeia, os seus Estados-Membros e os seus parceiros internacionais. Temos de nos unir para fazer face às ameaças; É por este motivo que Comissão propõe ao Parlamento Europeu e ao Conselho que apoiem vigorosamente as medidas prioritárias a médio e longo prazo previstas no Roteiro.

O êxito das operações recentemente levadas a cabo pela UE em matéria de luta contra as redes criminosas demonstra que a UE está na via certa para poder dar resposta a estas ameaças emergentes. No entanto, visto que as atividades criminosas estão em constante evolução em todo o mundo, é necessário adaptar e complementar a resposta coletiva da UE. O Roteiro **define medidas concretas e devidamente direcionadas** que visam colmatar as lacunas emergentes. Inclui 17 medidas em 4 setores prioritários.

Parlamento Europeu condena ataque do Hamas a Israel e pede pausa humanitária

O Parlamento [condena](#) os ataques terroristas hediondos do Hamas contra Israel, manifestando a sua profunda preocupação com a situação humanitária na Faixa de Gaza. Na resolução aprovada, esta quinta-feira, por 500 votos a favor, 21 contra e 24 abstenções, os eurodeputados condenam veementemente os ataques brutais, expressam apoio a Israel e ao seu povo e sublinham a necessidade de «eliminar a organização terrorista Hamas».

Os eurodeputados pedem a libertação imediata de todos os reféns raptados pelo Hamas e reconhecem o direito de Israel à autodefesa «como consagrado e constrangido pelo direito internacional». Como tal, qualquer ação de Israel deve cumprir rigorosamente o Direito Internacional Humanitário, refere o texto.

O Parlamento salienta igualmente que tanto os ataques do Hamas como a resposta israelita correm o risco de reforçar um ciclo de violência na região. Por conseguinte, os eurodeputados pedem uma "pausa humanitária" no conflito e salientam que atacar civis e infraestruturas civis, incluindo trabalhadores das Nações Unidas, médicos e jornalistas, constitui uma grave violação do direito internacional. Os eurodeputados lamentam profundamente a perda de centenas de vidas inocentes e os feridos na recente explosão no hospital episcopal de Al Ahli, em Gaza. A resolução pede uma investigação independente, ao abrigo do direito internacional, para determinar se se tratou de um ataque deliberado e de um crime de guerra. Em caso afirmativo, apela a que os autores sejam responsabilizados.

Médio Oriente: Presidência do Conselho ativa o Mecanismo Integrado de Resposta Política a Situações de Crise

A 17 de outubro, os dirigentes da UE, reunidos por videoconferência para debater a situação no Médio Oriente, identificaram domínios de trabalho importantes e urgentes, nomeadamente a assistência humanitária, o diálogo com os parceiros, as questões de segurança interna e a migração, e salientaram a importância de um acompanhamento permanente, do intercâmbio de informações e da coordenação.

Neste contexto, a Presidência espanhola [procedeu](#) à ativação do Mecanismo Integrado de Resposta Política a Situações de Crise (IPCR) em modo pleno. Em 16 de outubro, o IPCR já tinha sido ativado em modo de acompanhamento. O IPCR é o mecanismo do Conselho para dar resposta a crises. Apoiar a tomada rápida e coordenada de decisões a nível político da UE em situações de crise graves e complexas, reunindo os Estados-Membros, as instituições da UE e outros parceiros fundamentais, incluindo intervenientes externos pertinentes, como a ONU e países terceiros. A ativação do IPCR apoiará o acompanhamento constante da situação e os esforços de coordenação.



Economia e Mercado

Conselho adota diretiva para reforçar a cooperação entre as autoridades fiscais nacionais (DCA8)

O Conselho [adotou](#) uma diretiva que altera as regras da UE em matéria de cooperação administrativa no domínio da fiscalidade. As alterações dizem principalmente respeito à comunicação e à troca automática de informações sobre as receitas provenientes de transações de **criptoativos** e sobre decisões fiscais prévias referentes aos **particulares com grandes fortunas**.

O objetivo da diretiva é reforçar o quadro legislativo em vigor, alargando o âmbito das **obrigações de registo e de comunicação** e a cooperação administrativa global entre as administrações fiscais. Serão agora abrangidas categorias adicionais de ativos e de rendimentos, como os criptoativos. Haverá, **entre as autoridades fiscais, uma troca automática obrigatória de informações** comunicadas pelos prestadores de serviços de criptoativos reportantes. Até agora, a natureza descentralizada dos criptoativos fez com que as administrações fiscais dos Estados-Membros tivessem dificuldade em assegurar o cumprimento das obrigações fiscais. A natureza transfronteiriça inerente dos criptoativos **exige uma forte cooperação administrativa internacional** para assegurar uma cobrança de impostos eficaz.

O âmbito de aplicação desta diretiva abrange um vasto leque de criptoativos, com base nas definições estabelecidas no regulamento relativo aos mercados de criptoativos (MiCA). Incluídos no âmbito de aplicação estão também os criptoativos emitidos de

forma **descentralizada**, bem como as **criptomoedas estáveis**, nomeadamente as **criptofichas de moeda eletrónica** e determinadas **criptofichas não fungíveis (NFT)**.

Orçamento da UE para 2024: uma revisão intercalar para enfrentar os desafios do próximo ano

O Parlamento [quer](#) o reforço do orçamento da UE para 2024, de modo a enfrentar as consequências da guerra na Ucrânia, apoiar as PME, os jovens, a investigação e reforçar a autonomia da UE. Os eurodeputados consideram que o novo contexto geopolítico e económico, «associado ao agravamento da crise climática e da biodiversidade», deu origem a «novas necessidades políticas».

Recordam também os limites da atual estrutura financeira da UE e alinham a sua [posição sobre o orçamento de 2024 com a proposta de revisão intercalar do orçamento de longo prazo da UE](#) (quadro financeiro plurianual, QFP). Neste âmbito, o Parlamento espera injetar até 75,8 mil milhões de euros no orçamento da UE durante o período 2024-2027.

Com este reforço, os eurodeputados querem garantir iniciativas destinadas a melhorar a autonomia estratégica da UE em 2024, mas também a ajuda humanitária, a migração e a ajuda externa. Consideram que o «quadro para o orçamento de 2024 deve ser proporcionado por um regulamento QFP revisto». Os Estados-Membros ainda não chegaram a acordo quanto a uma posição comum sobre a revisão.

A triagem do investimento estrangeiro na UE e os controlos das exportações ajudam a sustentar a segurança europeia

A Comissão Europeia [analisou](#) mais de 420 investimentos diretos estrangeiros (IDE) na UE durante o ano de 2022, de acordo com o Relatório Anual sobre Análise do IDE agora divulgado. Além disso, os Estados-Membros da UE bloquearam 560 pedidos de exportação de bens de dupla utilização durante o mesmo período. Este nível de atividade demonstra um compromisso claro da Comissão Europeia e dos Estados-Membros em salvaguardar a segurança e a ordem pública europeias em tempos de aumento das tensões geopolíticas.

O número de Estados-Membros da UE com um mecanismo de análise aumentou de 11 para 21 desde que o regulamento relativo à análise dos investimentos diretos estrangeiros na UE entrou em vigor, estando mais a caminho. No que diz respeito aos bens de dupla utilização (bens que podem ser utilizados para fins civis ou militares), os Estados-Membros analisaram 38 500 pedidos de exportação em 2021 para bens no valor de 45,5 mil milhões de euros. Os Estados-Membros bloquearam as exportações devido a riscos de segurança em 560 casos, num valor total de 7 mil milhões de euros.

O terceiro relatório anual sobre a análise dos investimentos diretos estrangeiros na União mostra que a utilização do mecanismo de análise continuou a crescer em 2022. As suas principais conclusões são que: a Comissão concluiu rapidamente a avaliação das transações de IDE notificadas pelos Estados-Membros: 87% foram avaliadas em apenas 15 dias de calendário, garantindo assim que não existem atrasos nas autorizações dos Estados-Membros; o mecanismo da UE não restringe a abertura da UE ao IDE: dos mais de 420 casos analisados em 2022, menos de 3% levaram a Comissão a emitir um parecer; as seis principais fontes de IDE na UE em 2022 foram os EUA, o Reino Unido, a China, o Japão, as Ilhas Caimão e o Canadá; a maioria dos casos dizia respeito à indústria transformadora (59%), abrangendo um conjunto diversificado de indústrias, incluindo energia, aeroespacial, defesa, semicondutores, saúde, processamento e armazenamento de dados, comunicações, transportes e cibersegurança. Poderá aceder [aqui](#) à versão integral do “Terceiro relatório anual sobre a análise dos investimentos diretos estrangeiros na União” e ao mais recente [relatório](#) da Comissão Europeia sobre o controlo das exportações de bens de dupla utilização.



Educação e Opinião Pública

Comissão lança concurso de vídeos para alunos do ensino secundário «ImagineEU»

A Comissão Europeia [lançou](#) o convite à apresentação de candidaturas para a iniciativa «ImagineEU», um concurso aberto aos estudantes dos dois últimos anos do ensino secundário. Os estudantes de toda a UE são convidados a criar e partilhar vídeos curtos que apresentem as suas ideias para mudanças a nível europeu que possam melhorar a qualidade de vida nas suas comunidades.

As três equipas vencedoras terão a oportunidade de visitar as instituições europeias, explorar o seu trabalho e saber mais sobre a UE durante uma visita de estudo de dois dias a Bruxelas. O prazo para a apresentação dos vídeos termina em 13 de dezembro de 2023 e a votação em linha decorrerá entre 20 de dezembro de 2023 e 28 de janeiro de 2024. O regulamento do concurso e as modalidades de candidatura podem ser consultados no [sítio Web do concurso](#).

O concurso «ImagineEU» assenta no conceito da Iniciativa de Cidadania Europeia e visa incentivar os jovens cidadãos a desempenharem um papel ativo para influenciarem as políticas da UE. Complementa o conjunto de ferramentas didáticas [«A Democracia em Ação na UE — Dê a sua opinião com a Iniciativa de Cidadania Europeia»](#), concebido para dotar os alunos do ensino secundário dos conhecimentos e competências necessários para se tornarem cidadãos da UE empenhados.



Energia

Reforma da configuração do mercado da eletricidade: Conselho chega a acordo

O Conselho [chegou](#) a acordo (orientação geral) sobre uma proposta de alteração da **configuração do mercado da eletricidade** da UE. Tal permitirá à Presidência do Conselho encetar negociações com o Parlamento Europeu tendo em vista um acordo final. A reforma visa **tornar os preços da eletricidade menos dependentes da volatilidade dos preços dos combustíveis fósseis**, proteger os consumidores das subidas acentuadas de preços, acelerar a implantação das energias renováveis e melhorar a proteção dos consumidores.

A proposta faz parte de uma reforma mais ampla da configuração do mercado da eletricidade da UE, que inclui também um regulamento centrado na melhoria da proteção da União contra a manipulação do mercado através de uma melhor monitorização e transparência (REMIT). Durante o **Conselho (Transportes, Telecomunicações e Energia)** sobre Energia, de 19 de junho de 2023, foi acordada uma orientação geral sobre o REMIT.

O Conselho acordou em que os Estados-Membros irão promover o recurso a **contratos de aquisição de energia**, eliminando obstáculos injustificados e procedimentos ou taxas desproporcionados ou discriminatórios. As medidas podem incluir, nomeadamente, regimes de garantia a preços de mercado apoiados pelo Estado, garantias privadas ou estruturas que congreguem a procura de CAE. O Conselho acordou em que os **contratos por diferenças bidirecionais** (contratos a longo prazo celebrados por entidades públicas para apoiar investimentos, que complementam o preço de mercado quando este é baixo e solicitam ao produtor de energia o reembolso do montante do preço de mercado que exceda um determinado limite, a fim de evitar lucros excepcionais excessivos) serão o modelo obrigatório a utilizar, com algumas exceções, quando os contratos a longo prazo contemplem financiamento público.

Atualização do Plano Estratégico para as Tecnologias Energéticas para um futuro energético limpo, seguro e competitivo na Europa

A revisão do Plano Estratégico para as Tecnologias Energéticas (Plano SET) [contribuirá](#) para alinhar os objetivos estratégicos originais do Plano SET com o Pacto Ecológico para a Europa, o Plano *REPowerEU* e o Plano Industrial do Pacto Ecológico, em particular o regulamento relativo a uma indústria "emissões zero". Assegurará uma abordagem coordenada para alcançar os objetivos de descarbonização da Europa, apoiando tecnologias estratégicas de emissões líquidas nulas e construindo um futuro energético sustentável e resiliente e uma competitividade industrial.

Criado em 2007, o Plano SET tem desempenhado um papel crucial no apoio ao desenvolvimento de tecnologias energéticas limpas, eficientes e competitivas em termos de custos, através da coordenação e colaboração entre empresas europeias, universidades e governos nacionais em matéria de investigação e inovação no domínio das energias limpas.



Espaço

Comissão institui medidas para fazer face às potenciais ameaças colocadas pelos *drones* civis

A Comissão Europeia [adotou](#) uma Comunicação sobre a luta contra as ameaças decorrentes da utilização ilegal e perigosa de *drones* concebidos para utilização civil. Com esta Comunicação, **a Comissão está a instituir uma política europeia de combate aos *drones*** que visa garantir que a rápida evolução tecnológica e o número cada vez maior de *drones* não conduzam a um aumento descontrolado das ameaças no espaço civil. Pretende igualmente disponibilizar um quadro estratégico harmonizado e desenvolver uma compreensão comum dos procedimentos aplicáveis a fim de poder fazer face às ameaças em constante evolução.

Os *drones* estão a moldar o futuro da economia e da sociedade da Europa, designadamente nos domínios dos transportes, da defesa, do comércio e dos serviços. A **utilização legítima de *drones*** constitui um elemento fundamental do percurso rumo à dupla transição ecológica e digital.

Tal como referido na [agenda de luta contra o terrorismo](#), embora a UE tenha criado entraves à utilização de determinados *drones* para fins maliciosos, a capacidade de desenvolvimento cada vez mais rápido destes últimos apresenta riscos de segurança cada vez maiores. Os *drones* têm vindo a ser utilizados por criminosos envolvidos no contrabando e tráfico de droga, tendo sido detetados *drones* suspeitos em torno de infraestruturas críticas, o que aponta para uma potencial utilização abusiva de *drones* para efeitos de recolha hostil de informações. Além disso, a utilização ilícita de *drones* pode igualmente afetar a segurança pessoal e o direito à privacidade dos cidadãos, nomeadamente quando os *drones* são utilizados em zonas residenciais.



Estado de Direito

Fiscalidade: Antígua e Barbuda, Belize e Seicheles acrescentados à lista da UE de jurisdições não cooperantes para efeitos fiscais

O Conselho [decidiu](#) acrescentar **Antígua e Barbuda, Belize e Seicheles** à lista da UE de jurisdições não cooperantes para efeitos fiscais. Ao mesmo tempo, três jurisdições foram retiradas dessa lista: **Ilhas Virgens Britânicas, Costa Rica e Ilhas Marshall**. **O Conselho lamenta que estas jurisdições ainda não cooperem em matérias fiscais e convida-as a melhorarem os respetivos quadros jurídicos a fim de resolver os problemas identificados.**

A lista da UE de jurisdições não cooperantes para efeitos fiscais inclui países que ou não participaram num diálogo construtivo com a UE sobre governação fiscal ou não honraram o compromisso de implementar as reformas necessárias. Essas reformas deverão visar o

cumprimento de um conjunto de **critérios** objetivos de **boa governação fiscal**, que incluem a **transparência fiscal**, a **equidade fiscal** e a aplicação das normas internacionais concebidas para **prevenir a erosão da base tributável e a transferência de lucros**. O Grupo do Código de Conduta (Fiscalidade das Empresas), a instância do Conselho que prepara as atualizações da lista, coopera estreitamente com organismos internacionais, como o fórum da OCDE sobre práticas fiscais prejudiciais (FHTP), para promover a boa governação fiscal a nível mundial.

Pacote de procedimentos de infração de outubro: principais decisões

Regularmente, a Comissão Europeia [toma](#) decisões relativas a procedimentos de infração iniciados contra os Estados-Membros que não cumprem as obrigações que lhes são impostas pelo direito da UE. Essas decisões, que abrangem vários setores e domínios políticos da UE, visam assegurar a correta aplicação do direito da UE em benefício dos cidadãos e das empresas. As principais decisões tomadas pela Comissão são apresentadas mais abaixo, por domínio político. A Comissão decidiu também encerrar 58 procedimentos, uma vez que os problemas identificados nos Estados-Membros em causa foram resolvidos sem ser necessário dar seguimento ao procedimento. Para mais informações sobre os procedimentos de infração da UE, ver a secção [Perguntas Frequentes](#). Para mais informações sobre um procedimento específico, consultar o [registo de decisões sobre procedimentos de infração](#).

A Comissão Europeia decidiu, por exemplo, dar início a procedimentos de infração através do envio de cartas de notificação para cumprir à **Hungria** (INFR(2023)2119 e INFR(2023)2120), a **Portugal** (INFR(2023)2121), à **Roménia** (INFR(2023)2114) e à **Eslovénia** (INFR(2023)4014) por incumprimento das regras nacionais com a legislação da UE em matéria de contratos públicos. Esta legislação da UE inclui a Diretiva relativa aos contratos públicos ([Diretiva 2014/24/UE](#)), a Diretiva relativa aos contratos públicos nos setores dos serviços públicos ([Diretiva 2014/25/UE](#)) e a Diretiva relativa à adjudicação de contratos de concessão ([Diretiva 2014/23/UE](#)). Estas regras da UE asseguram a igualdade de tratamento dos operadores económicos interessados em participar em procedimentos de contratação pública e o respeito da obrigação de transparência.

A Comissão Europeia decidiu também enviar um parecer fundamentado adicional a **Portugal** (INFR(2021)0326) por este Estado-Membro não ter transposto integralmente as regras da UE em matéria de promoção da utilização de energia proveniente de fontes renováveis estabelecidas na [Diretiva \(UE\) 2018/2001](#). A referida diretiva estabelece o quadro jurídico para o desenvolvimento de energias renováveis nos setores da eletricidade, do aquecimento e arrefecimento e dos transportes na UE. Fixa o objetivo vinculativo a nível da UE de assegurar até 2030, pelo menos, 32 % de utilização de energias renováveis, e inclui medidas para garantir um apoio eficaz em termos de custos às energias renováveis e simplificar os procedimentos administrativos dos projetos de energias renováveis. Facilita igualmente a participação dos cidadãos na transição energética e estabelece objetivos específicos para aumentar a quota de energias renováveis no setor do aquecimento e arrefecimento e no setor dos transportes até 2030. O prazo para a transposição da diretiva para o direito nacional terminou em 30 de junho de 2021. Em maio de 2022 a Comissão enviou um parecer fundamentado a Portugal. Em fevereiro de 2023, a Comissão decidiu instaurar uma ação contra Portugal no Tribunal de Justiça da União Europeia por falta de transposição da diretiva, em especial por ainda não ter comunicado nenhum quadro de correspondência ou documento explicativo que especificasse a forma como Portugal transpôs cada disposição da diretiva.



Igualdade de género, LGBTIQ, Inclusão social, Migrações

Comissão apresenta plano de ação da UE para a rota migratória do Mediterrâneo Oriental

A Comissão Europeia apresentou um [plano de ação da UE para o Mediterrâneo Oriental](#) que inclui medidas operacionais específicas que visam abordar a gestão da migração ao longo desta rota e complementar os planos de ação já apresentados para as rotas dos [Balcãs Ocidentais](#), do [Mediterrâneo Central](#), do [Mediterrâneo Ocidental e do Atlântico](#).

O plano de ação vem cumprir o compromisso assumido pela presidente Ursula von der Leyen na sua carta antes da reunião do Conselho Europeu de 29 e 30 de junho de 2023, de apresentar um plano de ação para a rota do Mediterrâneo Oriental. A Comissão apresenta este plano de ação na perspetiva do próximo Conselho Justiça e Assuntos Internos de 19 de outubro e do Conselho Europeu de 26 e 27 de outubro.



Instituições

Garantir o presente e preparar o futuro: Programa de trabalho da Comissão para 2024

A Comissão Europeia [adotou](#) o seu programa de trabalho para 2024 que coloca a tónica na simplificação das regras destinadas aos cidadãos e às empresas de toda a União Europeia. Esta iniciativa surge na sequência do compromisso assumido pela presidente von der Leyen de reduzir em 25% os requisitos de comunicação de informações, em conformidade com a [estratégia para impulsionar a competitividade e a produtividade a longo prazo da UE](#).

O programa de trabalho não só reflete as realizações dos últimos quatro anos, como também descreve as novas propostas da Comissão para os próximos meses e inclui iniciativas significativas para reduzir a burocracia. Algumas destas iniciativas de simplificação já foram apresentadas (15 propostas e iniciativas desde março de 2023), enquanto outras são hoje apresentadas paralelamente (26 propostas

de racionalização) ou serão apresentadas posteriormente. Estas são apresentadas num anexo específico, juntamente com as avaliações e os controlos de aptidão física hoje anunciados.

Estando mais de 90 % dos compromissos assumidos nas [Orientações Políticas](#) de 2019 cumpridos e as eleições europeias de 2024 a poucos meses, as novas iniciativas delineadas neste programa limitam-se às que ainda são necessárias para cumprir os compromissos da Comissão ou enfrentar os desafios emergentes. As iniciativas recém-propostas baseiam-se no [discurso sobre o estado da União de 2023](#) e na [carta de intenções](#) da presidente von der Leyen.

Declaração dos membros do Conselho Europeu sobre a situação no Médio Oriente

Os membros do Conselho Europeu [adotaram](#) uma declaração que define a posição comum da UE sobre a atual situação no Médio Oriente. A União Europeia condena com a maior veemência possível o Hamas e os seus ataques terroristas brutais e indiscriminados em Israel, e lamenta profundamente a perda de vidas humanas. É referido na declaração que «não há justificação para o terror. Sublinhamos firmemente o direito de Israel de se defender, em conformidade com o direito humanitário e o direito internacional, perante estes ataques violentos e indiscriminados. Reiteramos a importância de assegurar a proteção de todos os civis em todas as circunstâncias, em conformidade com o direito internacional humanitário.

Apelamos ao Hamas para que liberte imediatamente todos os reféns sem qualquer condição prévia. Reiteramos a importância da prestação de ajuda humanitária urgente e estamos preparados para continuar a ajudar os civis mais necessitados em Gaza, em coordenação com os parceiros, garantindo que essa assistência não seja utilizada de forma abusiva por organizações terroristas. É fundamental evitar uma escalada regional.

Continuamos empenhados numa paz duradoura e sustentável, baseada na solução assente na coexistência de dois Estados, mediante o revigorar dos esforços no processo de paz no Médio Oriente. Sublinhamos a necessidade de dialogar amplamente com as autoridades palestinianas legítimas, bem como com os parceiros regionais e internacionais que possam desempenhar um papel positivo na prevenção de uma nova escalada.»



Mar e Pescas

Parlamento Europeu aprova novas regras da UE para controlo das pescas

Todos os navios de pesca serão monitorizados e as capturas comunicadas eletronicamente, a fim de assegurar a plena rastreabilidade, no âmbito da revisão do sistema de controlo das pescas. As novas medidas de controlo das pescas [foram](#) aprovadas em sessão plenária, esta terça-feira, com 438 votos a favor, 146 contra e 40 abstenções. De acordo com as novas regras, todos os barcos terão de ter a bordo um dispositivo de localização que permita às autoridades nacionais identificá-los a intervalos regulares. Alguns navios de pequena pesca podem ser isentos desta obrigação até 2030 e todas as frotas de pequena escala terão até quatro anos para se adaptarem a estes novos requisitos.

A nova legislação da UE promove maior precisão na recolha de dados, para permitir uma melhor gestão dos recursos marinhos. Todos os navios da UE, sem exceção, terão de registar-se e declarar as suas capturas de forma digitalizada. Isto aplica-se, em especial, aos diários de pesca, às declarações de transbordo e às declarações de desembarque. Os capitães dos navios com menos de 12 metros poderão preencher e apresentar uma declaração simplificada no final do dia de pesca, quando já estiverem no porto e antes do desembarque.

Pela primeira vez, as embarcações de recreio terão também de declarar capturas, através de sistemas eletrónicos criados pelas autoridades nacionais ou, então, pela Comissão Europeia, em todas as línguas, conforme é proposto pelo Parlamento. Além disso, a pesca recreativa estará sujeita a sanções em caso de infrações. Por exemplo, a venda de capturas com peso superior a 10 kg ou superior a 50 EUR será considerada uma infração grave.

Uma vez formalmente adotado pelo Conselho, o regulamento entrará em vigor 20 dias após a sua publicação no Jornal Oficial. No entanto, várias medidas serão gradualmente implementadas, dando aos Estados-Membros e às frotas de pesca tempo suficiente para se adaptarem. A Comissão Europeia propôs a [revisão do regime de controlo das pescas](#) em 2018, a fim de modernizar e simplificar as regras de monitorização das atividades de pesca e assegurar o cumprimento da política comum das pescas.



Mobilidade

Política de Vistos: Comissão propõe um mecanismo de suspensão mais robusto

O mecanismo de isenção de vistos traz vantagens económicas, sociais e culturais significativas e impulsiona o setor das viagens e do turismo tanto nos Estados-Membros da UE como nos países parceiros. A política de vistos constitui também um instrumento importante a nível do diálogo da UE com os países parceiros.

Por outro lado, a evolução do contexto geopolítico criou novos desafios nesta matéria. É, por conseguinte, fundamental que a UE esteja devidamente preparada para fazer face a situações de abuso do regime de isenção de vistos, como por exemplo, o aumento das

chegadas irregulares devido ao facto de as políticas de vistos dos Estados-Membros não estarem alinhadas pela política da UE, o facto de determinados países instituírem regimes de concessão de cidadania a investidores ou as ameaças híbridas, como a instrumentalização dos migrantes patrocinada pelo Estado.

A fim de poder reagir de uma forma mais rápida e mais decisiva a estes desafios, a Comissão Europeia [propõe](#) uma revisão do atual mecanismo de suspensão de vistos. A proposta dá cumprimento ao compromisso assumido pela presidente Ursula von der Leyen antes da reunião do Conselho Europeu de 20 de março de 2023 no sentido de reforçar o mecanismo de suspensão de vistos e o controlo dos países isentos da obrigação de vistos.

A UE dispõe, atualmente, de um regime de isenção de vistos que abrange 60 países terceiros. Os nacionais destes países podem dar entrada no espaço Schengen para estadias de curta duração (ou seja, até 90 dias por cada período de 180 dias) na União Europeia. O mecanismo de suspensão de vistos foi introduzido em 2013 com o objetivo principal de permitir uma suspensão temporária da isenção de vistos na eventualidade de um aumento súbito e substancial da migração irregular. O mecanismo foi revisto em 2017, a fim de facilitar o processo de notificação, pelos Estados-Membros, de circunstâncias suscetíveis de justificarem uma suspensão da isenção de vistos e permitir à Comissão desencadear o mecanismo de suspensão de vistos por sua própria iniciativa.

Eurodeputados adotam vistos digitais para reforçar a segurança do espaço Schengen

Os eurodeputados [votaram](#), esta quarta-feira, uma nova lei sobre os procedimentos de digitalização dos vistos Schengen, que os tornará mais seguros e acessíveis. Na sequência do [acordo com o Conselho](#) em junho, o Parlamento aprovou os procedimentos digitalizados para vistos no espaço europeu de livre circulação com 573 votos a favor, 36 contra e 16 abstenções (digitalização do procedimento de visto) e 548 votos a favor, 37 contra e 9 abstenções (regulamento relativo à vinhetas de visto).

Com a digitalização do processo de pedido de visto, os eurodeputados quiseram reduzir os custos e os esforços necessários para apresentar um pedido, assegurando práticas idênticas em toda a Europa e melhorar a sua segurança. Os pedidos de visto serão tratados numa única plataforma em linha, que também indicará aos requerentes qual o país que irá receber o seu pedido (no caso de viagens por vários países). Os novos vistos de assinatura criptográfica também serão mais seguros e mais difíceis de forjar. Nas negociações com o Conselho, os eurodeputados quiseram garantir que o novo sistema é acessível a todos, independentemente de questões linguísticas, de deficiências ou de fraca cobertura da Internet.

Após o lançamento do [Sistema de Informação sobre Vistos](#) (VIS) e de outras [bases de dados no domínio da justiça e dos assuntos internos](#), partes do procedimento de visto na UE foram digitalizadas, mas os pedidos de visto e as vinhetas entregues aos requerentes selecionados continuam a ser analógicos. A última revisão do [Código de Vistos da UE](#) previa explicitamente a possibilidade de assinar os pedidos por via eletrónica, abrindo caminho a um procedimento de pedido de visto totalmente por via digital. Ao adotar a legislação, os eurodeputados estão a responder aos desejos dos cidadãos, expressos nas [conclusões da Conferência sobre o Futuro da Europa](#), de melhorar o acesso digital aos serviços públicos (proposta 31.6).



Saúde

Comissão aplica coima de 13,4 milhões de euros às empresas farmacêuticas

A Comissão Europeia [aplicou](#) uma coima no valor total de 13,4 milhões de euros às empresas Alkaloids of Australia, Alkaloids Corporation, Boehringer, Linnea e Transo-Pharm por terem participado num cartel relativo a um importante ingrediente farmacêutico. A C2 PHARMA não foi objeto de coima, uma vez que revelou o cartel à Comissão no âmbito do programa de clemência. As seis empresas admitiram a sua participação no cartel e concordaram em resolver o caso.

O produto objeto do cartel é o N-butilbrometo de escopolamina/hioscina ("SNBB"). O SNBB é um importante fator de produção do medicamento antiespasmódico abdominal Buscopan e das suas versões genéricas. A investigação da Comissão revelou que as seis empresas coordenaram e acordaram em fixar o preço mínimo de venda do SNBB aos clientes (ou seja, distribuidores e fabricantes de medicamentos genéricos) e em atribuir quotas. Para além disso, as empresas trocaram informações comercialmente sensíveis. A investigação da Comissão revelou a existência de uma infração única e contínua no Espaço Económico Europeu, que abrangeu o período de 1 de novembro de 2005 a 17 de setembro de 2019. Os participantes eram produtores ou distribuidores de SNBB.



Solidariedade Externa da União Europeia e Diplomacia

Uma solução a longo prazo para as necessidades de financiamento da Ucrânia

O Parlamento [melhorou](#) e aprovou esta terça-feira a proposta de um mecanismo de 50 mil milhões de euros para apoiar a recuperação, a reconstrução e a modernização da Ucrânia a partir de 2024. A posição do Parlamento sobre a [proposta de Mecanismo para a Ucrânia](#) foi adotada esta terça-feira, com 512 votos a favor, 45 votos contra e 63 abstenções, com os eurodeputados a tornar o Mecanismo mais democraticamente responsável, incentivando a democracia multipartidária e o alinhamento da Ucrânia com os requisitos de adesão à UE.

O Mecanismo para a Ucrânia faz [parte da revisão em curso do orçamento de longo prazo da UE](#), ao qual são necessárias alterações, uma vez que se encontra esgotado na sequência das múltiplas crises que ocorreram desde 2021. Os eurodeputados insistem que o Mecanismo, juntamente com toda a revisão orçamental, deve ser acordado o mais rapidamente possível, uma vez que não haverá disposições para a assistência à Ucrânia a partir de 2024. O pacote também deverá ser integrado no orçamento anual do próximo ano, a negociar em novembro.

Comissão aplaude Memorando de Entendimento sobre corredores solidários entre Roménia e Ucrânia

A Comissão Europeia [congratula-se](#) com a assinatura do Memorando de Entendimento entre o Governo da Roménia e o Governo da Ucrânia, que contribuirá para aumentar a capacidade dos corredores solidários, especialmente tendo em conta os danos causados às infraestruturas de transportes ucranianas devido à agressão russa. A Comissão continua a apoiar a implementação dos corredores solidários UE-Ucrânia e do plano de ação ucraniano para a exportação de cereais ucranianos, nomeadamente facilitando as ligações transfronteiriças e as operações de transporte.



Tecnologia, informática e comunicações

Um passo para apoiar a competitividade e a resiliência da UE em setores estratégicos

A Plataforma de Tecnologias Estratégicas para a Europa [tem](#) por objetivo impulsionar as biotecnologias e permitir que a indústria da UE faça a transição digital e com impacto neutro. O Parlamento adotou a sua posição, terça-feira, sobre a criação de uma Plataforma de Tecnologias Estratégicas para a Europa (STEP), destinada a impulsionar tecnologias estratégicas críticas através do apoio financeiro, o «[Selo da Soberania](#)» e o «[Portal da Soberania](#)».

A STEP visa reforçar vários programas e fundos da UE e canalizar até 160 mil milhões de euros para novos investimentos, a par dos incentivos da política de coesão e do Mecanismo de Recuperação e Resiliência. A plataforma promoverá o crescimento de cadeias de valor tecnológicas cruciais na economia digital, nas indústrias com impacto neutro e nas biotecnologias. Também abordará a escassez de mão de obra e de competências e apoiará a inovação. Nas suas alterações, os eurodeputados defendem um montante adicional de 3 mil milhões de euros, para além dos 10 mil milhões de euros, propostos pela Comissão. Desta forma, aumenta o orçamento da plataforma para 13 mil milhões de euros em novos fundos.

A medida também deve funcionar como um «banco de ensaio para um fundo de soberania de pleno direito no próximo período do quadro financeiro plurianual». Os eurodeputados solicitam à Comissão que realize uma avaliação intercalar até 2025, incluindo uma proposta de alteração do STEP ou uma nova proposta de um verdadeiro Fundo Europeu de Soberania. Insistem em que a iniciativa STEP, juntamente com a revisão a longo prazo do orçamento da UE, seja acordada o mais rapidamente possível, uma vez que o pacote deve ser integrado no orçamento anual do próximo ano, a negociar em novembro de 2023.

Comissão e as autoridades de defesa do consumidor analisam as práticas comerciais dos influenciadores

O *marketing* de influência [tornou-se](#) um pilar da economia digital, prevendo-se que atinja um valor global de 19,98 mil milhões de euros em 2023. Nas próximas semanas, a Comissão Europeia e as autoridades nacionais da Rede de Cooperação no domínio da Defesa do Consumidor irão analisar as publicações em linha para identificar testemunhos e apoios que induzam os consumidores em erro.

Os influenciadores envolvidos em atividades comerciais regulares, como acordos com marcas para publicitar produtos ou serviços, são considerados comerciantes ao abrigo da legislação da UE em matéria de defesa do consumidor. São obrigados a divulgar os anúncios de forma transparente. O resultado desta análise das redes sociais será integrado no balanço de qualidade da equidade digital, que ajuda a avaliar se é necessária nova legislação para tornar os mercados digitais tão seguros como os mercados fora de linha.

Além disso, a Comissão Europeia lançou uma plataforma jurídica para influenciadores. Nesta plataforma, os influenciadores e os criadores de conteúdos podem encontrar informações sobre a legislação da UE no domínio das práticas comerciais leais, o que os ajudará a cumprir as regras.

Mais no Parlamento Europeu...

Calendário para [2023](#) e [2024](#).



OPORTUNIDADES DE EMPREGO, TRABALHO OU FORMAÇÃO EM BRUXELAS

Em aberto



Procura emprego nas Instituições Europeias?

No [EU Careers](#) encontrará informações e sugestões sobre as oportunidades de emprego junto das [instituições europeias](#)! A União Europeia ajuda-o a encontrar emprego no [#EUandMe](#)! Oportunidades: [Agência da União Europeia para a Cibersegurança](#).



Seis Passos para iniciar uma carreira profissional no estrangeiro

O [Portal Europeu da Mobilidade Profissional](#) publicou um artigo onde explica os seis passos para os jovens iniciarem a sua carreira profissional no estrangeiro.



Procura emprego na área de Assuntos Europeus em Bruxelas?

No [Trusted Jobs](#) encontrará oportunidades de emprego na área de assuntos europeus em Bruxelas!



Estágios

[Nesta página dedicada](#) poderá encontrar propostas de estágios nas instituições europeias e órgãos consultivos das instituições.



Procura emprego na Europa?

Procura trabalho no setor público ou privado Europeu e particularmente em Bruxelas? O [EuroBrussels](#) é um dos bons sítios internet para o começar a fazer.



Agência Europeia de Defesa está à procura de estagiários em diversas áreas

A Agência Europeia de Defesa tem abertas candidaturas para estágios em diversas áreas. Informações em detalhe [aqui](#).



Banco Europeu de Investimento: Traineeship & Grad Programmes

O BEI, sediado no Luxemburgo, divulga regularmente vagas na instituição. Pode consultar as vagas e os prazos de candidatura [aqui](#).



Empregos e estágios através do Centro de Informação Europeia Jacques Delors

Verifique [aqui](#) as oportunidades de emprego divulgadas pelo Centro de Informação Europeia Jacques Delors.



Agência Espacial Europeia

Explore as vagas de emprego da ESA. Se é um profissional experiente, um graduado ou um estudante, descubra o impacto que você pode fazer com uma carreira na Agência Espacial Europeia. Use a [ferramenta de procura de vagas](#) da Agência Espacial Europeia. Poderá encontrar mais informações sobre as vagas e os prazos de candidatura [aqui](#).



IFREMER

O Instituto Francês para a Exploração do Mar (IFREMER) tem vagas para os diversos níveis de estudo dos recursos marinhos. Detalhes na [base de dados](#) dedicada deste instituto.



Corpo Europeu de Solidariedade

O [Corpo Europeu de Solidariedade](#) é uma iniciativa da União Europeia dirigida aos jovens, dando-lhes a oportunidade de fazer voluntariado ou de trabalhar em [projetos](#), no próprio país ou no estrangeiro, em benefício de pessoas e comunidades de toda a Europa. Aos 17 anos já te podes inscrever no Corpo Europeu de Solidariedade, mas só podes participar num projeto depois de fazeres 18 anos. A participação nos projetos do Corpo Europeu de Solidariedade está aberta aos jovens até aos 30 anos de idade. Depois de se inscreverem, os participantes no Corpo Europeu de Solidariedade podem ser selecionados e convidados a integrar uma vasta gama de projetos, relacionados, por exemplo, com a prevenção das catástrofes naturais ou a reconstrução na sequência de catástrofes deste tipo, a assistência em centros de requerentes de asilo ou a resposta a outras questões sociais a nível da comunidade. Inscrições [aqui](#).



Açorianos no Mundo

“Açorianos no Mundo” é uma plataforma *online*, que vai permitir a todos os açorianos por nascimento, ascendência, afinidade (casamento/união de facto), que tenham residido nos Açores por um período mínimo de cinco anos, e que se encontram a residir fora da Região Autónoma dos Açores, uma maior proximidade com o arquipélago e, conseqüentemente, uma efetiva participação no futuro dos Açores, através da adesão ao processo eleitoral para a escolha dos representantes das suas comunidades, que, posteriormente, integrarão o Conselho da Diáspora Açoriana (CDA). Registe-se [aqui](#).



Produtos alimentares Açorianos em Bruxelas

Pode encontrar produtos alimentares açorianos em Bruxelas, nas seguintes lojas: [Casa Portuguesa](#), [Lusoloja](#) e [Mercado Português](#).



Viver em Bruxelas

Ligações formais e não formais, mas utilizadas por quem procura casa temporária em Bruxelas: [Bxl à Louer - de bouche à oreille \(II\)](#), [BRUXELLES: Location appartement, Colocation, Sous-location chambre à louer](#), [Colocation Bruxelles](#), [Immoweb](#), e [Logic-immo](#). E muito mais: [Xpatris](#).

O [Gabinete dos Açores em Bruxelas](#) tem soluções para a realização de reuniões, acompanhamento temático, interpretação, alojamento e muito mais. [Contacte-nos!](#)



O que é o AZ@BXL?

O AZ@BXL é um boletim informativo constituído por uma seleção de notícias compiladas a partir de Bruxelas e consideradas relevantes no contexto da Região Autónoma dos Açores. É também noticiada a atividade do Gabinete dos Açores em Bruxelas. A prospeção, seleção, adaptação e apresentação das notícias é da responsabilidade do Gabinete dos Açores em Bruxelas. O boletim está redigido em português, no entanto, as notícias apontadas estão redigidas no idioma original, o que inclui também o inglês, o francês e o castelhano. As imagens utilizadas pertencem ao domínio público, ao Gabinete dos Açores em Bruxelas, ao [SIARAM](#) ou constam das notícias apontadas. Este boletim não tem periodicidade fixa, sendo preferencialmente distribuído às sextas-feiras.

Legenda: **Título da notícia a vermelho**, nova notícia; Notícia já exposta no número anterior, **título da notícia a verde**; A notícia herdada do número anterior, mas com alterações, **título da notícia em cor-de-laranja**. Este boletim informativo está otimizado para sistemas Microsoft.

Legenda:



Açores



Agricultura



Ambiente



Coesão e solidariedade interna da UE



European Investment Bank BEI



Biológico



Comércio, concorrência



Conselho Europeu / Conselho



Comissão Europeia



Comité das Regiões Europeu CoR



67509c Lista de Siglas, Acrónimos e Abreviaturas:

| AECT – [Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial](#) | AESA – [Agência da UE para a Segurança Aérea](#) | BCE – [Banco Central Europeu](#) | BEI – [Banco Europeu de Investimento](#) | CE – [Comissão Europeia](#) | CEO – [Chief Executive Officer](#) | CESE – [Comité Económico e Social Europeu](#) | CoR- [Comité das Regiões](#) | CPLP – [Comunidade dos Países de Língua Portuguesa](#) | CRPM – [Conferência das Regiões Periféricas Marítimas](#) | EBA – [Autoridade Bancária Europeia](#) | EBCD – [European Bureau for Conservation and Development](#) | EEE – [Espaço Económico Europeu](#) | EIT - [Instituto Europeu de Inovação e Tecnologia](#) | EMA – [Agência Médica Europeia](#) | EMB – [European Marine Board](#) | EMSA – [Agência Europeia de Segurança Marítima](#) | ERC – [Conselho Europeu de Investigação](#) | ESA – [Agência Espacial Europeia](#) | EUA – [Estados Unidos da América do Norte](#) | FEADER – [Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural](#) | FEAGA – [Fundo Europeu Agrícola de Garantia](#) | FEI – [Fundo Europeu de Investimento](#) | FEIE – [Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos](#) | GEE – [Gases com Efeito de Estufa](#) | GPS – [Sistema de Posicionamento Global dos EUA](#) | IA – [Inteligência Artificial](#) | ICCAT – [Comissão Internacional para a Conservação do Atum do Atlântico](#) | IMO – [Organização Marítima Internacional](#) | JRC – [Centro de Pesquisa Conjunto da CE](#) | OCM – [Organização Comum dos Mercados Agrícolas](#) | ODS – [Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável da ONU](#) | OMC – [Organização Mundial do Comércio](#) | OMS – [Organização Mundial de Saúde](#) | ONU – [Organização das Nações Unidas](#) | PAC – [Política Agrícola Comum da UE](#) | PE – [Parlamento Europeu](#) | PES – [Partido Socialista Europeu](#) | PME – [Pequenas e médias empresas](#) | PPE – [Partido Popular Europeu](#) e [PPE no PE](#) | Q&A – Perguntas e Respostas | QFP – [Quadro Financeiro Plurianual da EU](#) | RIS – [Regional Innovation Scoreboard](#) | RUP – [Regiões Ultraperiféricas da União Europeia](#), de acordo com o artigo 349 do TFUE | S&D – [Aliança Progressiva dos Socialistas e Democratas](#) (inclui o PES no PE) | UE – [União Europeia](#) | TCE – [Tribunal de Contas Europeu](#) | TFUE – [Tratado sobre o Funcionamento da UE](#) | TJUE – [Tribunal de Justiça da UE](#) |

Autoria:

Estrutura de Missão para a Instalação do Gabinete da Região Autónoma dos Açores em Bruxelas

Aceitam-se [sugestões!](#)



[Quero receber este boletim \(envie-nos o seu email\)](#) – [Quero deixar de receber este boletim](#)

Conheça a nossa **Política de Privacidade** – [PT](#) e [EN](#)

Consulte os [números anteriores](#)

Saiba mais sobre o [Gabinete dos Açores em Bruxelas](#)

gabinetebruxelas@azores.gov.pt | [@AzoresEUoffice](#) | [Google Maps](#)

Não imprima esta newsletter. O Ambiente agradece!